

Por entre roças e fazendas: algumas considerações sobre a história agrária de Santana de Paranaíba, sul de Mato Grosso¹

Maria Celma Borges²

Resumo

O estudo da história agrária no Sul de Mato Grosso, particularmente na região de Santana de Paranaíba, no período de 1828 a 1889, tem por intuito analisar a ocupação da terra e o modo de vida dos pobres, livres e escravos, por entre roças e fazendas, com o olhar para as ações de resistência e/ou negociação vividas por esses agentes sociais no contexto do Império. O recorte temporal se justifica por ser o ano de 1828, conforme a historiografia regional, o marco da chegada na região dos primeiros colonizadores provenientes do Triângulo Mineiro. O ano de 1889 demarca o fim do Império e, em seus limites, revela outras relações de trabalho, delineadas pelos campos e cidades, de norte a sul do país. Utilizando de fontes diversas como: Relatórios de Província; processos criminais; inventários, documentos avulsos; memórias; a pesquisa objetiva analisar a história agrária no Sul de Mato Grosso com o olhar para as práticas de resistência e o cotidiano da gente comum: escravos, libertos, pobres livres e indígenas. O foco se volta para o modo de vida e de trabalho, para a cultura, a economia e poder, a envolver esses sujeitos e os representantes das instâncias públicas e dos espaços privados, pelos campos de Santana de Paranaíba no século XIX.

Introdução – um balanço da historiografia sobre os pobres livres, escravos e indígenas

Para esta reflexão faz-se necessário compreender como se deu o contato entre os colonizadores que aportaram na região nas primeiras décadas do século XIX e as populações indígenas, primeiros habitantes dessas terras. Desse modo, é preciso estudar

¹ Este texto resulta de um projeto de pesquisa a ser desenvolvido na UFF, neste ano de 2013, como trabalho pós-doutoral em história, sob supervisão da Profa. Márcia Maria Menendes Motta.

² Profa. Associada I do curso de História, Campus de Três Lagoas, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

o processo de ocupação e a constituição da propriedade da terra, a partir da bibliografia específica e do diálogo com as fontes.

Os processos criminais e inventários, tal como os documentos avulsos, são importantes, pois possibilitam a discussão sobre a formação dos sítios e grandes propriedades, com ênfase para a violência instaurada na vida dos pobres livres e escravos; por outro lado, também permitem analisar as resistências dos diversos sujeitos no modo de vida possível, por entre as brechas que conseguiam abrir nesse universo de mandos e desmandos.

Os Relatórios de Província apresentam a leitura da administração sobre esses agentes sociais. Somada aos processos criminais e inventários, essa documentação vem possibilitando descortinar as relações de poder envolvendo presidentes de província, representantes locais e pobres da terra. As políticas de controle e de disciplinarização dos escravos, libertos e brancos pobres, envolvendo ainda povos originários, se tornam eixo para a abordagem por possibilitar apreender o modo como a vida se desenhava por essa localidade.

Para este estudo, mesmo que a abordagem se volte para o século XIX, vejo a necessidade de retomar o contexto da América portuguesa buscando indícios da presença de roças e roceiros pelo caminho das monções, no Sul de Mato Grosso, principalmente no percurso por Santana de Paranaíba, por entre o Rio Grande e Pardo.

Em meio à tentativa de compreender o processo de ocupação das terras e os conflitos nela imersos – e na expressão de Joaquim Francisco Lopes, em sua obra 'Derrotas' (2010), de 'afazendar-se' pela região –, viso apreender onde os pobres da terra, em especial os roceiros, poderiam ser encontrados; quais trabalhos realizavam em Santana de Paranaíba, além do cultivo das roças; como viviam; como festejavam; como resistiam aos mandos e desmandos do poder político e econômico; que lugar lhes foi destinado e qual fora conquistado nessa paisagem que, por vezes, parece se resumir ao boi e ao fazendeiro. As brechas propiciadas pela documentação consultada até o momento fazem ver rostos e expressões que não poderiam ser apreendidos, não fosse pelo desejo de enxergá-los e a temática proposta.

Os referenciais teóricos se centram no aprofundamento dos conceitos como: trabalho, cultura e poder, buscando tecer uma abordagem que dê conta de encontrar a

cultura e as relações de trabalho vividas pelos diversos agentes em sua dinamicidade. Assinala-se ainda a necessidade de análise de referenciais teóricos que tratam da escravidão e do contexto do Império.

Para a compreensão dos Cayapó, povos originários que habitavam as proximidades de Paranaíba e também se encontravam em meio às roças e fazendas, como sinalizam os processos criminais e relatórios de província, a obra de Giraldin (1997) é essencial, pois discute a região, mostrando como a frente colonizadora foi ocupando estas terras e dizimando esses povos, no modo como as relações eram estabelecidas. Ressalto que o objetivo não é a discussão da questão indígena em si, mas do papel desses homens e mulheres em meio ao trabalho nas roças e em outros espaços que envolviam o meio rural e vilas, já que a linha de separação entre ambos os espaços era bastante tênue.

Para um balanço da historiografia da escravidão, desde as primeiras décadas do século XX, com Gilberto Freyre, passando pelos anos 50, 60 e 70 aos anos 1980, o texto de Schwartz (2001) torna-se revelador, pois possibilita entender o modo como esse debate se estabeleceu no interior da academia.

Numa análise da discussão que trata das inúmeras formas de resistência vividas pelos escravos no decurso de sua história, autores como Azevedo (1987), Cardoso (1987), Schwartz (1988, 2001), Lara (1988; 2007), Chaloub (1986, 1990; 2012), Machado (1987;1994), Gomes (1995), Martins (1995), Alencastro (1997), Wissenbach (1998), Gomes (2005), Fraga Filho (2006), Mamigonian (2006), entre inúmeros outros, são importantes para a percepção do quanto a partir da década de 1980 a historiografia brasileira avançou na discussão das ações dos escravos.

Alguns dos autores relacionados assinalam que o nosso passado colonial e imperial se formou dentro dessa dimensão de violências e de resistências vivida pelos pobres livres e escravos. A escravidão e a liberdade caminharam *pari passo* desde que a liberdade fora cerceada, ou seja, desde o início da colonização. Sonhar com a liberdade e lutar por ela foi uma prática comum, sob inúmeras formas, desde o enfrentamento direto, com o assassinato de senhores e feitores, às ações nos tribunais, principalmente a partir da terceira década do século XIX, acentuando-se em fins do Império.

A nossa identidade se configurou então desde o início da colonização, com o contato de milhões de africanos – raptados em sua terra natal e aqui desembarcados, sob as condições mais adversas, sendo comercializados pelos senhores, comerciantes e a administração, em praças públicas e em mercados privados – vivenciando a condição de escravos de outros homens e mulheres. Mas, a história não se resume na constatação da violência e, conseqüentemente, da mercantilização de homens e mulheres.

Quanto aos homens e mulheres pobres livres, a desqualificação, por parte da história oficial e da elite, foi (e por vezes continua a ser) uma marca constante na referência ao seu modo de vida. Vistos como inferiores e incapazes de vir a substituir a mão de obra escrava, os trabalhadores nacionais foram, particularmente no século XIX, considerados “vadios”, “vagabundos”, “preguiçosos” e despreparados para o trabalho nas lavouras e no meio urbano (NAXARA, 1998).

Mas, semelhante ao que se dera em relação ao escravo, a partir de fins da década de 1970, e principalmente na década de 1980, é possível encontrar uma bibliografia a desvelar a condição de agentes sociais e suas práticas, bem como os projetos políticos que estavam em voga no contexto do XIX, principalmente em torno de quem viria a substituir a mão de obra escrava.

Autores como Linhares (1979), Linhares e Silva (1981), Souza (1986), Stolcke (1986), Azevedo (1987), Kovarick (1987), Castro (1987), Eisenberg (1989), Machado (1994), Naxara (1998); Motta (1998), Moura (1998), Ferlini (2003), Libby e Furtado (2006), Silva (2008), entre vários outros, vieram edificar a possibilidade de uma nova leitura em torno dos pobres do campo e cidade.

Para uma análise da escravidão em Mato Grosso, os trabalhos de Volpato (1993) e de Aleixo (1995) tornam-se ponto de partida para a compreensão da presença escrava e de pobres livres no norte. O trabalho de Moura (2008) torna-se referência ao apresentar uma discussão da presença dos escravizados também no sul desta Província. Mais que o “Sertão dos Garciais” - em referência ao sobrenome de uma família de colonizadores -, como a região de Santana de Paranaíba fora conhecida por longa data a partir das impressões dos memorialistas, esta pesquisa se propõe a buscar o sertão da gente simples, sem perder de vista as relações estabelecidas com os detentores do poder econômico e político.

A obra de Taunay (1981) “Relatos monçoeiros”, de Holanda (1990) “Monções” e de Juzarte (1999) “Diário de navegação” tornam-se fundamentais para a discussão dos caminhos e sujeitos dessas incursões por Mato Grosso no século XVIII.

Pela leitura das fontes e da bibliografia específica é possível entender que a história da concentração fundiária na Província de Mato Grosso, como sugere Fabrini (2008), tem raízes históricas, centradas, a princípio, nas veias auríferas, ao norte. Percorrer o caminho que levava às minas do norte no século XVIII e XIX, portanto, permite apreender as marcas que os pobres livres, escravos e povos originários deixaram num espaço de concentração de terra e de poder.

Sob ordens da Coroa ou de interesses particulares, as expedições paulistas, levando trabalhadores livres e escravizados, partiam do rio Tietê, na antiga Ararituaba, hoje Porto Feliz, enfrentando, por cerca de três mil e quinhentos quilômetros, corredeiras, saltos e o encontro com os povos originários. Os responsáveis pelas monções, acompanhados de “negros da terra”, como guias e canoieiros, e de negros africanos e/ou crioulos escravizados também para o trabalho nas canoas e no transporte de mercadorias por terras e varadouros, adentravam as matas e rios até chegar às lavras de ouro, ao norte. Nesse ínterim se deparavam com inúmeros desafios, sendo um dos maiores o contato com os povos originários que defendiam arduamente o seu território, particularmente os Guaicuru (índios cavaleiros), os Paiaguá (índios canoieiros) e os Cayapó que cultivavam roças e habitavam um vasto terreno que envolvia a região de Santana de Paranaíba e outras partes de Mato Grosso.

A história agrária de norte ao Sul de Mato Grosso: concentração da terra e do poder

A descoberta de minas de ouro em Cuiabá se deu em 1722. Após 1738, com o surgimento de novas lavras, o fluxo populacional aumentou consideravelmente, havendo a necessidade de abrir novas estradas para as incursões terrestres, além das vias fluviais. Conforme Bianchini (2000), com a descoberta do ouro, deu-se a constituição da Capitania de Mato Grosso, sendo a região desmembrada da Capitania de São Paulo, no ano de 1748.

As expedições auríferas, na busca pelo ouro amarelo ou pela prata, contribuíram para que houvesse um desinteresse de grande parte da população em fixar moradia por aquelas terras, pois a maioria estava à procura de riquezas advindas da mineração e não estava preocupada com o cultivo da terra e a formação de pequenas propriedades.

Para muitos dos que se aventuravam pelos caminhos móveis não interessava o estabelecimento de um pólo produtor de alimentos, daí a fome ser um elemento constante nos arraiais e vilas que iam se formando ao redor do que se sonhara como terra do ouro e da riqueza “fácil”. Ao envolver grandes contingentes populacionais, esse movimento de deslocamento, particularmente nas regiões auríferas, contribuiu largamente para a expansão das fronteiras e para a preocupação com a defesa do território.

Na tentativa de defesa dessas áreas, fortes e presídios foram levantados para marcar as posses portuguesas e se defender das incursões espanholas, tal como das ações dos povos originários, a exemplo do forte de Nossa Senhora dos Prazeres de Iguatemi, no extremo sul da província, destruído pelos espanhóis em 1777; do forte Príncipe da Beira (1776), na Amazônia ao norte; do forte de Coimbra (1775) e do forte de Miranda (1797), no pantanal, na fronteira centro-oeste da Província.

Segundo Queiroz, esses estabelecimentos “destinavam-se, de fato, a defender a posse lusa desse território, garantindo, entre outras coisas, a segurança da rota monçoeira – que, embora constantemente diminuída em sua função comercial, continuava importante para os interesses estatais [...]”. (2011, p.113)

Em meio à economia aurífera, o trabalho de produção alimentícia cabia às populações indígenas e aos homens pobres livres e escravizados. As roças numa quantidade bem inferior ao necessário eram cultivadas para atender, minimamente, ao mercado consumidor das lavras e caminhos das monções.

Homens e mulheres que tinham cabedais – ou nem tanto – se deslocavam para a região à procura de riquezas minerais e a deixavam o mais rápido possível, sonhando retornar para a sua terra de origem³. Com a diminuição das lavras, as pequenas

³ O texto de SOUZA, Laura de Mello e. Formas provisórias de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações. In: SOUZA, Laura de Mello e NOVAIS, Fernando. **História da vida**

propriedades tornaram-se ainda mais escassas ou se transformaram em grandes extensões de terras.

É possível depreender a presença de roceiros na região, pelas considerações do Capitão João Antonio Cabral Camello, ao escrever, de Cuiabá, para o Padre Diogo Soares, sobre a viagem que fez às minas de Cuiabá e Goiás, no ano de 1727. Ao narrar o percurso pelo Rio Grande, o Capitão conta que foram gastos quatro ou cinco dias entre esse curso e o rio Verde: “Abaixo da barra do Rio Verde estão dois moradores com suas roças, a primeira da parte esquerda do Rio Grande, com uma capela do Bom Jesus; a segunda da direita, ambas com bastante milho e feijão, que vendem como querem”.⁴

Se num primeiro momento as roças serviam para alimentar os viajantes que seguiam rumo às minas de Cuiabá, fornecendo alimentos como o milho, a mandioca, a abóbora, o feijão, ainda que a preço elevado, com o desenrolar da colonização, principalmente no século XIX, vão se tornando empecilhos para a constituição de empreendimentos privados.

Exemplo disso é a tomada de terras dos posseiros e povos originários pela Companhia Matte Larangeira⁵, em fins do XIX e primeiras décadas do XX, no extremo sul da Província, e a pecuária consubstanciada na grande propriedade e nos interesses alheios aos roceiros, de norte a sul de Mato Grosso.

A liberalidade do governo provincial, ao facilitar e mesmo incentivar a ocupação de extensas parcelas de áreas para a criação do gado, já referendava o desinteresse no fomento à pequena propriedade. No decurso do século XIX, os pobres dos campos e vilarejos iam encontrando lugar naquele universo como agregados, trabalhadores de terras alheias, participantes de milícias particulares, pequenos roceiros, entre outros serviços.

privada no Brasil – cotidiano e vida privada na América Portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, é bastante revelador do desejo de retornar às terras de origem.

⁴ NOTÍCIAS PRÁTICAS. Das minas do Cuiabá e Goyazes, na Capitania de S. Paulo e Cuiabá, que dá ao Rev. Padre Diogo Soares, o Capitão João Antonio Cabral Camello, sobre a viagem que fez às Minas do Cuiabá no ano de 1727. In: Revista Trimestral de História e Geographia ou Jornal do Instituto Histórico Geographico Brasileiro. Tomo Quarto, n.16, Janeiro de 1843. Rio de Janeiro. Imprensa Americana de J. P. da Cota, 1843.

⁵ Sobre a Matte Larangeira, consultar a obra de: BIANCHINI, Odaléa da C. Deniz. **A Companhia Matte Larangeira e a Ocupação da Terra do Sul de Mato Grosso (1880-1940)**. Campo Grande : Editora UFMS, 2000.

São essas questões que se tornam objeto de análise, quais sejam: como pobres livres (roceiros), escravizados e povos originários se inseriram no mundo das grandes propriedades, tal como dos sítios e arredores da Vila de Santana de Paranaíba? Como viviam? Como reagiam diante da violência na constituição desses lugares de poder?

O relato do Presidente de Província, Major Joaquim José de Oliveira, na abertura da Assembleia Legislativa, em 3 de maio de 1849, torna-se importante para pensar os rumos da pecuária no norte de Mato Grosso em meados do século XIX, situação que chegaria às terras do sul. Conforme esta fonte: “A exportação do gado vacum tem tido algum incremento nestes últimos anos e as fazendas de criação vão substituindo os estabelecimentos de mineração”⁶.

Sobre essa economia pastoril, com o olhar para a realidade em estudo, são interessantes as considerações de Queiroz, ao observar que:

Tratava-se, por certo, de uma economia pobre e frágil, na medida em que ela se centrava na ‘exportação’ do gado bovino magro (o qual, depois de engordado nas invernadas mineiras, seguia para o abate nos centros urbanos do Sudeste, especialmente o Rio de Janeiro). Mesmo assim, o novo povoado de Santana do Paranaíba logo se converteu no nó ideal de um novo sistema de comunicações, que começou a tomar forma ainda na primeira metade do século XIX. (2011, p.114)

Ainda que de início de forma “pobre e frágil”, a formação de pastagens no meio rural, derivando na exploração da mão de obra, expulsão, morte ou aldeamento dos povos originários, assim como na expropriação dos antigos moradores - principalmente daqueles que não tinham senão o seu trabalho nas lavouras -, apresentou uma situação que caracterizou, de forma bastante intensa, as relações de trabalho e o modo de vida por aquelas paragens.

Ao pesquisar as fontes coletadas nos arquivos de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, encontrei as evidências da história do Sul de Mato Grosso, no que concerne à economia agropastoril e à administração, porém, mais que essa economia e a administração é preciso apreender as ações dos sujeitos nelas envolvidos ou mesmo às

⁶ RELATÓRIO do Presidente da Província de Mato-Grosso o Major Doutor Joaquim José de Oliveira na abertura da Assembléia Legislativa Provincial, em 03 de maio de 1849. Rio de Janeiro. Typ. Imp. e Const. De J. Villeneuve e Comp. Rua do Ouvidor, n.63, 1850, p.15. Acessado na página http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/mato_grosso.

suas margens. Busco então percorrer os passos dos homens e mulheres pobres em terras de Santana de Paranaíba e arredores, desde fins dos anos de 1820, num marco delimitado pela documentação até fins do Império.

As fontes vêm revelando o lugar ocupado pelos povos originários nas práticas e no imaginário da administração provincial e de grande parte dos habitantes do lugar no século XIX. Os processos criminais oitocentistas consultados envolvendo pobres livres trazem nomes que remetem à origem indígena, o que sugere o modo como foram incorporados pelos interesses públicos e privados à denominada “civilização”.

Em relação aos escravizados, como sugeriu Moura (2008) e Camargo (2010), semelhante às fontes até aqui analisadas, trabalhando pelas roças, teares, fazendo os serviços domésticos da cozinha, no lavar, passar, arrumar; servindo de corpo armado nas milícias dos proprietários de terras na região, entre outras atividades, é possível encontrar a presença escrava de homens, mulheres e crianças pelas terras de Santana.

Não se pode negar a importância da escravidão por essas localidades do Sul de Mato Grosso, como também sugeria Brazil (2002), em um dos primeiros trabalhos sobre a escravidão no sul da Província.

Como observado de início, a pesquisa de Moura (2008) traz inúmeras fontes que demonstram a importância dos estudos sobre a escravidão nesta localidade do Império. O seu olhar se volta para o Sul de Mato Grosso, possibilitando entender o quanto a escravidão esteve impregnada nesse lugar. No arrolar das fontes esta autora apresenta os escravos por uma infinidade de lugares e de situações: na lida com o gado; no cuidado com as roças de milho, feijão, mandioca; nos afazeres domésticos e em muitas outras atividades. Mas é por entre as roças e fazendas que o olhar agora se volta.

Sobre Santana de Paranaíba, uma informação que interessa pode ser encontrada no mapa da população da Província de Mato Grosso⁷, organizado pelo secretário do governo, Joaquim Felicíssimo de Almeida Lozada, em maio de 1849. Neste mapa consta a informação de que nessa Freguesia, no ano de 1848, havia cerca de 300 fogos e a população era constituída de 800 livres e 400 escravos, perfazendo um total de 1.200 habitantes. Estes dados são significativos para pensarmos este universo. Se 30% da

⁷ Idem, p.32.

população era composta de escravos, esta relação de trabalho revela-se fundamental para a compreensão da região e a história do Sul de Mato Grosso no período imperial.

Sob formas variadas - da mão-de-obra negra à indígena, escravizado por dívida ou como peão pelas fazendas - a escravidão tornava-se o baluarte das relações de produção e do modo de vida nos campos, arraiais, freguesias e vilas dessa Província.

A história das relações de trabalho por essas terras é, pois, semelhante ao que ocorria em outras partes do nosso território. Se o mundo da sociedade e da economia que circundava a vida e trabalho dos roceiros imputava-lhes a violência, a expropriação e a expulsão, não lhes impossibilitava de permanecerem como sujeitos de sua história.

Algumas considerações

Junto aos roceiros e proprietários pode-se encontrar a figura do escravo também em meio aos processos-crime, revelando que as relações amenas e a docilidade, se presente em um ou outro caso, não podem ser vistas como modelo ou explicativo dessa realidade. Analisar as ações desses sujeitos torna-se fundamental para o estudo de uma parte importante da história do Sul de Mato Grosso, hoje Mato Grosso do Sul. Sem a análise das fontes oficiais enunciadas, produzidas no contexto do XIX, não seria possível reconstituir impressões dessa história, na medida em que são parcas - ou talvez inexistentes - as fontes produzidas pelo punho dos pobres da terra. A proposição da pesquisa é a de que se a fonte oficial é o caminho para a construção de outras histórias que se teça a abordagem evidenciando a possibilidade de inverter a oficialidade.

Não se pode esquecer que a história da gente comum está impressa nos campos e cidades do Sul de Mato Grosso, no cotidiano dos sujeitos que, imersos no mundo do trabalho e da cultura, vivenciaram também as relações de poder econômico e político, de mandos e desmandos, sem perder de vista a possibilidade de a elas resistir.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEIXO, Lúcia Helena Gaeta. **Vozes no silêncio**. – Subordinação, Resistência e Trabalho em Mato Grosso (1888-1930). Cuiabá: Editora da UFMT, 1995.

AZEVEDO, Célia M. M. de. **Onda negra, medo branco**: o negro no imaginário das elites - século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BIANCHINI, Odaléia da Conceição Deniz. **A Companhia Matte Laranjeira e a ocupação da terra do Sul de Mato Grosso (1880-1940)**. Campo Grande: Editora da UFMS, 2000.

BRAZIL, Maria do C. **Fronteira negra** – Dominação, violência e resistência escrava em Mato Grosso 1718-1888. Rio Grande do Sul: Universidade de Passo Fundo, 2002.

CAMARGO, Isabel Camilo de. **O Sertão de Santana de Paranaíba**: um perfil da sociedade pastoril-escravista no Sul do Antigo Mato Grosso (1830-1888). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Grande Dourados, 2010.

CAMPESTRINI, Hildebrando. **Santana de Paranaíba** – De 1700 a 2002. 2ª. ed. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2002.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Escravo ou camponês?** O protocampesinato negro nas Américas. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.

CASTRO, Hebe Maria M. de. **Ao sul da História**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CHALOUB, Sidney. **Trabalho, Lar e Botequim**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. **Visões da liberdade** – uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. **A força da escravidão**: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista. 1ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

EISENBERG, Peter. **Homens esquecidos** – Escravos e Trabalhadores Livres no Brasil – Século XVIII e XIX. Campinas: Editora da Unicamp, 1989.

FABRINI, João Edmilson. A posse e concentração de terra no Sul de Mato Grosso do Sul. In: ALMEIDA, Rosemeire Ap. **A questão agrária em Mato Grosso do Sul** – uma visão multidisciplinar. Campo Grande: Editora UFMS, 2008.

FERLINI, Vera Lúcia Amaral. **Terra, trabalho e poder**. O mundo dos engenhos no Nordeste Colonial. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

FRAGA FILHO, Walter. **Encruzilhadas da Liberdade**. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

FRANCO, Maria S. de C. **Homens Livres na Ordem Escravocrata**. 4ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 1997.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos**: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. 7.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985 (Tomo 1 e 2)

GIRALDIN, Odair. **Cayapó e Panará**. Luta e sobrevivência de um Povo Jê no Brasil Central. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Monções**. 3^a ed. ampl. São Paulo: Brasiliense, 1990.

KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e vadiagem** – A origem do Trabalho livre no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1987.

LARA, Silvia Hunold. **Campos de violência**: escravos e senhores na Capitânia do Rio de Janeiro -1750-1808. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. **Fragmentos Setecentistas**: escravidão, cultura e poder na América portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LENHARO, Alcir. **Crise e mudança na frente oeste de colonização**. O comércio colonial em Mato Grosso no contexto da mineração. Cuiabá: Editora UFMT, 1982.

LIBBY, Douglas Cole; FURTADO, Junia Ferreira. (Orgs). **Trabalho Livre, Trabalho Escravo**. São Paulo: Annablume, 2006.

LINHARES, Maria Yedda Leite. **História do abastecimento**: uma problemática em questão (1530-1918). Brasília: Binagri, 1979.

LINHARES, Maria Yedda e SILVA, Francisco Carlos Teixeira. **História da Agricultura Brasileira** : combates e controvérsias. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MACHADO, Maria Helena P. T. **Crime e Escravidão**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. **O Plano e o Pânico** – Os Movimentos Sociais na Década da Abolição. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, EDUSP, 1994.

MONTEIRO, Jhon M. **Negros da terra**: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. **Nas fronteiras do poder** – conflito e direito à terra no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: Vício de Leitura: Arquivo Público do estado do Rio de Janeiro, 1998.

_____(Org.). **Dicionário da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MOURA, Denise Alves. **Saindo das sombras**: homens livres no declínio do escravismo. Campinas: CMU, Unicamp, 1998.

MOURA, Zilda Alves de. **Cativos nas terras dos Pantanais**: escravidão e resistência no Sul de Mato Grosso – séculos XVIII e XIX. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2008.

NAXARA, Márcia R. C. **Estrangeiro em sua própria terra** – representações do brasileiro 1870/1920. São Paulo: Annablume, 1998.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. 'Caminhos e fronteiras': vias de transporte no extremo oeste do Brasil. In: GOULARTI FILHO, Alcides; QUEIROZ, Paulo Roberto Cimo (Orgs). **Transportes e formação regional** – Contribuições à história dos transportes no Brasil. Dourados: Editora UFGD, 2011.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito** – a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo : Companhia das Letras, 1989.

SCHWARTZ, Stuart. **Segredos internos** – Engenhos e escravos na sociedade colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

_____. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

SCHWARCZ. Lilia Moritz. **Retrato em branco e negro** – jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, P.(Orgs). **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo. Editora UNESP, 1992.

SILVA, Flávio Marcus da. **Subsistência e poder**: a política do abastecimento alimentar nas Minas setecentistas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

SOUZA, Laura de Mello e. **Desclassificados do ouro**: a pobreza mineira no século XVIII. 2ª ed. Rio de Janeiro : Graal Editores, 1986.

STOLCKE, Verena. **Cafeicultura - Homens, mulheres e capital** (1850-1980). São Paulo: Brasiliense, 1986.

THOMPSON, Edward P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

_____. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VOLPATO, Luiza Rios Ricci. **Cativos do sertão** – Vida cotidiana e escravidão em Cuiabá em 1850-1888. São Paulo: Editora Marco Zero, Cuiabá: Editora da Universidade Federal de Mato Grosso, 1993.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. **Sonhos africanos, vivências ladinas** – Escravos e forros em São Paulo (1850-1880). São Paulo: Hucitec, 1998.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL